



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
PROCESSO nº 1748/2026

O **MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA** torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, empreitada por preço unitário**, onde a sessão será conduzido(a) pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da Equipe de Apoio, designados através da Portaria Geral nº 6.141, de 04 de janeiro de 2024, a licitação e consequente contratação serão regidas pelo Decreto Municipal Nº 6.545/2023 e pela Lei Complementar Nº 123/2006 atualizada pela Lei Nº 147/2014, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal Nº 14.133/2021, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos, além de demais legislações correlatas.

A aquisição visa atender a solicitação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.

1. OBJETO

1.1. O presente certame tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, ELIMINAÇÃO DE ESCORPIÕES, MANEJO E AFASTAMENTO DE AVES/ MORCEGOS E POMBOS), NOS PRÉDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, COM 04 APLICAÇÕES ANUAIS, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE**, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, ANEXO II deste Edital.

1.2. Faz parte do Edital os seguintes anexos:

- I. Minuta de contrato
- II. Termo de Referência;
- III. Estudo Técnico Preliminar;
- IV. Proposta Comercial com Descritivo dos Itens;

1.3. O **Edital e seus Anexos** poderão ser obtidos no *site* oficial da Prefeitura - <http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br>, link licitações, bem como no endereço eletrônico: <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>, para ciência de todos os interessados.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão Eletrônico (recebimento das propostas, abertura e disputa de preços) será realizado em sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico/*internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) do BR CONECTADO, disponível em <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>, conforme datas e horários definidos abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as **07h59min do dia 02/04/2026**.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: dia **02/04/2026 a partir das 08h00min** após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a credenciamento, cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da etapa de lances.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

esta licitação.

3.3. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **BR CONECTADO** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará à BR CONECTADO, provedor do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da licitação empresas brasileiras ou empresas estrangeiras, regularmente estabelecida no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos e sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto à BR CONECTADO, e que estejam com Credenciamento regular no portal de licitações.

4.2. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site do BR CONECTADO – <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

4.3. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no edital.

4.4. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/21, não será permitida a participação de empresas:

4.4.1. Proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.4. Empresas que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação;

4.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.4.6. Empresa da qual servidor do Município de Pindamonhangaba seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

4.4.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

4.4.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

4.4.9 Autor do anteprojeto ou do projeto básico, pessoa física ou jurídica;

4.4.10 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

4.4.11 Pessoas físicas ou jurídicas com impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pindamonhangaba, nos termos dos § 4º do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21. Se a punição vier a ocorrer durante o andamento desse processo, esta Administração, assegurado o direito à ampla defesa, poderá excluir a empresa do certame;

4.4.12 Pessoas físicas ou jurídicas com impedimento de licitar ou contratar por qualquer órgão da Administração Pública conforme § 5º do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21. Se a punição vier a ocorrer durante o andamento desse processo, esta Administração, assegurado o direito à ampla defesa, poderá excluir a empresa do certame;

4.4.13 O impedimento de que trata os itens 4.4.11 e 4.4.12 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.4.14 A idoneidade dos participantes deverá ser consultada nos seguintes cadastros por meio do link (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>):

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords>);

d) Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do link: <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>

4.5 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 Como condição para participação no Pregão, a licitante está ciente e DECLARA:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, se for o caso;

a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) Que sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;

e) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da licitação e demais exigências contidas na Lei 14.133/2021;

f) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

- g)** Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- h)** Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que estipular;
- i)** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- j)** Que a proposta foi elaborada de forma independente e que compreende todas e quaisquer despesas operacionais, tais como frete, encargos sociais e previdenciários, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado e outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto licitado, como a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data da entrega desta proposta;
- k)** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- l)** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- m)** Que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- n)** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.7 DA PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS E DOS CONSÓRCIOS

4.7.1 Estão impedidas de participar do presente certame as empresas que se apresentarem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão de obra e nos casos previstos no § 1º do artigo 23 do Decreto Municipal nº 6.545 de 28 de dezembro de 2023.

4.7.2 Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

4.7.2.1 A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

4.7.2.2 A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

4.7.2.3 Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas. O objeto deve ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;

4.7.2.4 A participação de cooperativa cujo estatuto e objeto social preveja ou esteja de acordo com o objeto deste edital.

4.8 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021

4.8.1 Os consórcios poderão ser formados por até 05 (cinco) empresas.

4.8.2 Para a participação sob forma de consórcio, deverá ser apresentado o respectivo ato constitutivo ou compromisso formal de sua constituição, por instrumento público ou particular, subscrito pelas



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

consorciadas. Neste documento devem constar, com clareza e precisão, os compromissos destas empresas entre si, em relação ao objeto da licitação e em relação ao prazo de duração da contratação

4.8.2.1 O instrumento de compromisso público ou particular de constituição do consórcio deverá, obrigatoriamente, ser subscrito pelos consorciados, sob pena de inabilitação, bem como assinalar as respectivas proporções (percentual) de participação das empresas consorciadas e:

a) Indicar o líder e conferir-lhe amplos poderes para representar as consorciadas, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante o processo licitatório;

b) Estipular que a empresa líder do consórcio representará, com exclusividade, as demais empresas consorciadas no decorrer da licitação, responsabilizando-se sob os aspectos técnicos e administrativos, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;

c) As empresas consorciadas serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio durante fase de licitação e também durante a execução do respectivo contrato, nesta última hipótese em regime de solidariedade com a empresa Concessionária a ser constituída pelos membros do consórcio.

4.8.3 São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio:

a) Ser empresa nacional;

b) Ter poderes expressos para receber citações, intimações e responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas; e,

c) Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contratos e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução de seu objeto.

4.8.4 Cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus Anexos.

4.8.4.1 Para efeito de habilitação técnica, com relação à comprovação da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, será admitida a somatória dos quantitativos de cada consorciado.

4.8.4.2 Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, sendo que para o atendimento ao montante mínimo exigido no capital social mínimo, quando for o caso, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento). O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.5 O Licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

4.8.6 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio, no processo licitatório que originou o contrato.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) conduzir a sessão pública;

b) receber, examinar e decidir os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, bem como encaminhar as impugnações para análise e decisão da Autoridade Superior.

c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

d) coordenar a sessão pública e o envio de lances;

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

- e) verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) sanear erros ou falhas que não alterem a substancia das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, bem como determinar diligencias, quando necessário;
- g) receber, examinar os recursos e encaminha-los à autoridade superior para decisão.
- h) classificar as empresas após a fase de disputa e habilitação;
- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor sua adjudicação e homologação.
- k) O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- l) Quando o pregoeiro utilizar-se de assessoramento técnico e específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, deverá juntar o parecer formal que integrará o respectivo processo.

DO CREDENCIAMENTO E CADASTRO DAS PROPOSTAS

5.2. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>.

5.3. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat, disponíveis no endereço eletrônico <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>.

5.3.1. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema do **BR CONECTADO** poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento do **BR CONECTADO**, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>.

5.4. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, por meio do sistema eletrônico no sítio <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>.

5.4.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou outro pretexto.

5.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

5.9. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorrida 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação do fato aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

5.10. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de itens, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

5.11. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br> ou www.pindamonhangaba.sp.gov.br, link licitações, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

6.2. As propostas encaminhadas terão prazo de **validade de 60 (sessenta)** dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

6.2.1. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

6.2.1.1. Os serviços ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

6.2.1.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR UNITÁRIO**.

6.2.1.3. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com o número de casas decimais disposto no sistema eletrônico**.

6.2.1.4. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

6.2.1.5. A licitante deverá apresentar proposta para o quantitativo constante no Anexo IV - Proposta Comercial com Descritivo dos Itens

6.3. A proposta de preço deverá ser enviada mediante digitação no sistema eletrônico, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema.

6.3.1. No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar:

6.3.1.1 Valor unitário e total para cada item;

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. O Licitante deverá informar a descrição completa do objeto ofertado; a não inserção das especificações, implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para análise e classificação da proposta;



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o encerramento do cadastro de propostas.

6.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8. Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o julgamento da proposta.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.10. Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6.11. Será desclassificada a proposta que identificar o licitante através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação da empresa.

6.12. O operador credenciado deverá verificar a condição de enquadramento da empresa, nos termos da LCF 123/06 (ME/EPP), devendo informar em campo próprio da plataforma.

6.13. O licitante que não informar sua condição de enquadramento, antes do envio da proposta, perderá o direito ao tratamento diferenciado previsto na LCF 123/06.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES:

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.1.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2.1 Será desclassificada a proposta que identificar o licitante através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação da empresa.

7.1.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.5 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (CEM REAIS)**.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

7.8. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.10. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens da mesma licitação.

7.11. Em regra, a disputa simultânea de itens obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de itens selecionados fora da ordem sequencial.

DA DISPUTA

7.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de Disputa, de acordo com o estabelecido no portal:

I – ABERTO E FECHADO. Com lances com redução mínima de R\$ 100,00 (cem reais) em relação ao menor lance.

7.12.1. ABERTO E FECHADO:

7.12.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após, transcorrerá ainda o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.1.3. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

7.12.1.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15.1 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15.2 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2 melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2.2 Empresas brasileiras;

7.18.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

7.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.3 resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.19.4 A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

7.19.4.1 Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Agente de Contratação.

7.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.20 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, sendo observados os preços/percentuais unitários máximos dispostos no Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

7.21 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**MENOR PREÇO GLOBAL**".

8.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.3. Fica estabelecido o prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, documentos de habilitação e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, sob pena de Inabilitação.

8.3.1 Conforme Art. 155, da Lei 14.133/2021, caso a licitante não envie a documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.3.1.1 A multa de que trata o item 8.3.1, se dará mediante processo administrativo sancionatório, assegurado contraditório e a ampla defesa.

8.3.2 As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento;

8.3.3 Quando se tratar de critério de julgamento por lote ou menor preço global, havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados (valores unitários finais acima de qualquer dos valores propostos ou acima dos valores unitários estimados).

8.4. Será desclassificada a proposta que:



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

- 8.4.1.** Que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 8.4.2.** Apresentar preços excessivos, considerando os valores estimados.
- 8.4.3.** Não se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso.
- 8.4.4.** Que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.4.5.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 8.4.5.2.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.4.5.3.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta;
- 8.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.5.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.5.2.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.7.** No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos EDITAL, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.
- 8.8.** A inobservância aos prazos elencados no EDITAL, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante com a consequente desclassificação no certame e sujeita às penalidades cabíveis.
- 8.9.** Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 8.10.** Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.
- 8.11.** Após a aplicação do que é disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e, havendo empate entre as propostas após a disputa de lances, serão aplicadas as disposições do artigo 60 da Lei 14.133/2021. Persistindo o empate, um sorteio será realizado por meio do sistema eletrônico.
- 8.12.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, serão analisados os documentos de habilitação.
- 8.13.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, os autos serão encaminhados para adjudicação e homologação pela Autoridade Superior.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

9.1.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NA PLATAFORMA BR CONECTADO, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.1.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0;>

9.1.1.4 Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do link: [https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados;](https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados)

9.1.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.4 No caso de inabilitação ou desclassificação haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

a) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

b) Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, esta PREFEITURA aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

c) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c1) Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos;

d) O pregoeiro poderá diligenciar efetuando consulta na internet ou nos arquivos próprios do Município, visando confirmar as informações ou a manutenção da regularidade da empresa.

e) O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta na internet nos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por meio eletrônico.

f) Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

- g)** Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:
- g.1)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e,
- g.2)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data limite estabelecida neste edital de recebimento das propostas;
- h)** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- i)** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- i.1)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- i.2)** Conforme Art. 155, da Lei 14.133/2021, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial e demais sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.
- i.3)** A multa de que trata o item i.2, se dará mediante processo administrativo sancionatório, assegurado contraditório e a ampla defesa.
- j)** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado.
- k)** Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

9.6. DA FORMA DE ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.6.1 Será aberto prazo de **02 (duas) horas**, para o envio de documentos de habilitação e/ou documentos complementares, via sistema, sob pena de inabilitação.

9.6.1.1 Os documentos devem ser inseridos na **plataforma BR CONECTADO**.

9.6.2 Os documentos deverão encaminhados em original, por processo de cópia autenticada por cartório ou órgão competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

9.6.2.1 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.6.2.2 Caso os documentos não sejam encaminhados na forma do item 9.6.2, ou seja, encaminhados em cópia simples, os mesmos deverão ser apresentados ou encaminhados em original, cópia autenticada por cartório, publicados em órgão da imprensa oficial, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, para o Depto de Licitações e Contratos, localizado na Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso – Cep 12420-010 – Pindamonhangaba/SP, das 08h as 12h e das 13h as 17hs, em até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.6.2.2.1 Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

9.6.2.2.2 Conforme Art. 155, da Lei 14.133/2021, a não apresentação da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.6.2.2.3 A multa de que trata o item anterior, se dará mediante processo administrativo sancionatório, assegurado contraditório e a ampla defesa.

9.6.3 A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de disputa de lances.

9.8. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: Ato Constitutivo, Estatuto Ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

i) Empresas consorciadas, deverão apresentar juntamente com o documento solicitado na alínea "c" comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, conforme artigo 15, inciso I da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações

9.9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de **Inscrição Municipal** pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser contratado;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas **Federal e Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a **Tributos**

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

c.2) Certidão Negativa de Débitos ou Positiva de débitos com Efeitos de Negativa com a(s) Fazenda(s) Municipal, emitida por meio de unidade administrativa competente da sede ou do domicílio da licitante;

d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa.

§ 1º Considera-se positiva com efeitos de Negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

f) As empresas consorciadas, deverão apresentar toda a documentação relacionada à regularidade fiscal e trabalhista.

9.9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.9.3.1 Certidão negativa de falência (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

9.9.3.2 Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

a.1) Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

a.2) Demonstração de que a licitante possui capacidade econômico-financeira, de acordo com os índices a seguir, que serão calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), de modo a extraírem-se:

- I) Índice de liquidez geral (ILG) igual ou superior a 1,00;
- II) Índice de liquidez corrente (ILC) igual ou superior a 1,00;
- III) Índice de endividamento total (IE) igual ou inferior a 0,5;

a.3) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

a.4) Os quadros abaixo servem de orientação para os licitantes de como os cálculos serão procedidos:

INDICADORES	FÓRMULA
Índice de liquidez geral	$(AC+RLP)/(PC+ELP)$
Índice de liquidez corrente	AC/PC
Índice de endividamento total	$(PC+ELP)/AT$



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

AC = Ativo

Circulante PC =

Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo

Prazo ELP = Exigível a

Longo Prazo AT = Ativo

Total

9.9.3.2.1 Serão considerados aceitos como na forma da lei, os balanços patrimoniais assim apresentados:

a) Para sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas):

a.1) publicados em Diário Oficial, publicados em Jornal de grande circulação ou por cópia reprográfica do Livro Diário das páginas no qual tenham sido transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstrações do Resultado do Exercício, inclusive com termos de abertura e de encerramento devidamente autenticadas na Junta Comercial da sede do domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente;

b) Para sociedades por cotas de responsabilidades limitada (Ltda.):

b.1) cópia reprográfica do Livro Diário, das páginas no qual tenham sido transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstrações do Resultado do Exercício, inclusive com termos de abertura e de encerramento devidamente autenticadas na Junta Comercial da sede do domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente;

c) Para sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317/96 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES):

c.1) cópia reprográfica do Livro Diário, das páginas no qual tenham sido transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstrações do Resultado do Exercício, inclusive com termos de abertura e de encerramento devidamente autenticadas na Junta Comercial da sede do domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente;

c.2) As empresas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições – Simples e Microempresas, segundo a Lei nº. 9.317/96 estão desobrigadas da escrituração completa somente para fins fiscais, entretanto, para fins de cadastro e licitação é exigida a documentação completa nos termos dos art. 31 e 32 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

d) As empresas sujeitas à Tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real ou Lucro Presumido.

d.1) As empresas sujeitas à Tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real, obrigadas a apresentar a Escrituração Contábil Digital – SPED DIGITAL, deverão apresentar Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, todos extraídos do Livro Digital, acompanhado do Recibo de Entrega que comprove sua autenticação conforme Decreto nº. 8.683/2016.

e) Para sociedades criadas no exercício em curso:

e.1) cópia reprográfica do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente;

9.9.3.2.2 Será exigido capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta final da licitante.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

a) Para fins de comprovação de capital social, a licitante deverá apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado onde a licitante tem seu domicílio legal, com data de emissão não superior a 30 dias que antecedem a abertura do processo.

9.9.3.3 As empresas consorciadas, deverão apresentar toda a documentação referente à qualificação econômico-financeira.

9.9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.9.4.1 O fornecedor provisoriamente declarado vencedor, deverá apresentar junto aos documentos de habilitação, os documentos elencados no "item 04" do Termo de Referência – ANEXO II.

9.9.4.2 A empresa classificada em primeiro lugar no certame deverá demonstrar os custos da prestação dos serviços, juntamente com a proposta consolidada de preços, no prazo de 02 (dois) dias úteis, conforme "item 18" e Planilha de Composição de Custos constantes do Anexo I do Termo de Referência.

10. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte e às microempresas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

10.1.1. Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.1.1.1. O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

10.1.2. Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

10.1.2.1. Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.1.2.2. Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma estabelecida neste edital.

10.1.3. Caso ocorra a situação de empate descrita no item 10.1.2.1, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte ou da microempresa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de cinco minutos.

10.1.3.1. Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 10.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

10.1.3.2. O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

10.1.4. Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

10.1.4.1. Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, observado o previsto no item 10.1.2.2.

10.1.4.2. No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte, o pregoeiro o fará através do "chat de mensagens".

10.1.4.3. A partir da convocação de que trata o item 10.1.4.2, a microempresa, empresa de pequeno porte, terá **05 (cinco) minutos** para oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do "chat de mensagens", sob pena de preclusão de seu direito.

10.1.1.4. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no "chat de mensagens", conforme estabelece este edital para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços,

10.1.5. O julgamento da habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

11. DOS RECURSOS

11.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor manifestação de intenção de recurso, imediata, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

11.2. O recorrente terá, após manifestada sua intenção, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, que será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.3. A falta de manifestação de intenção de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

11.4. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

11.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

11.7. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso, análise de documentos complementares e amostras, que levem à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não apresentar os documentos na forma exigida no item 9.6.2 ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

12.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e publicação do Diário Oficial do Município.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO

13.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade, a habilitação do licitante vencedor e exauridos os recursos administrativos, o procedimento licitatório, será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à AUTORIDADE SUPERIOR para adjudicação e homologação do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/2021

13.2 Serão permitidas a adjudicação e homologação parcial do procedimento licitatório.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Homologado o resultado da licitação, será celebrado a Termo de Contrato com o licitante vencedor. Convocado, o licitante vencedor terá prazo de 05 (cinco) dias uteis para assinatura da mesma.

14.1.1. A empresa deverá assinar a Termo de Contrato, por via digital, na plataforma de protocolos e documentos digitais deste Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação que será efetivada via e-mail, informado pela participante.

14.1.2 Nas hipóteses de recusa do adjudicatário em assinatura do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, serão convocadas as demais empresas conforme ordem de classificação, obedecida às exigências de habilitação deste edital

14.1.3. Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a autorização de fornecimento e a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, respeitado o contraditório.

14.1.4 O prazo estabelecido no edital para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada do interessado, desde que o motivo seja aceito pela autoridade indicada no artigo 8º do Decreto Municipal 6.545/2023.

14.2 O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses e poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado e/ou proposta.

14.2.2 Transcorrido o prazo de **12 (doze) meses**, o valor poderá ser reajustado, com base no índice IPC-FIPE.

14.2.3 A aplicação de índice previsto no contrato poderá ser formalizada por apostilamento, não configurando alteração do contrato.

14.2.3 As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2.4 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência desta Prefeitura não gerará a empresa contratada direito a qualquer espécie de indenização.

14.2.5 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, inciso II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3 Poderá a licitante ser desclassificada até a contratação, se o Município de Pindamonhangaba tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.

14.4. Para assinatura do Termo de Contrato será verificado as condições referente a regularidade fiscal.

14.5. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

14.6 A extinção do presente Termo de Contrato poderá ocorrer nos termos dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

14.7 A fiscalização e gestão contratual estão dispostas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

15. DA PRESTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os objetos desta licitação deverão ser prestados/executados no prazo expresso no termo de referência, contados a partir da data do recebimento da ordem de serviço emitida pela Secretaria gestora, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos;

15.2. A empresa obriga-se a prestar/executar o serviço conforme especificações e condições estabelecidas no edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo as especificações estabelecidas no edital.

15.4. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pela prefeitura, observando as condições estabelecidas no edital.

15.5. Na impossibilidade de serem refeitas os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.6. O objeto do contrato dar-se-á nos moldes do artigo 140 da Lei 14.133/2021, conforme segue:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da contratada do encerramento da execução contratual, se outro não tiver sido o prazo estipulado no termo de contrato;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS/EXECUTADOS

16.1. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor (es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor responsável pelo recebimento do(a) Sigla do Órgão. A contratante somente pagará a contratada pelos serviços que realmente forem prestados/executados

16.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perante o FGTS – CRF e Certidão negativa de débitos trabalhistas.

16.2.1. Para as empresas com sede no Município de Pindamonhangaba, também será exigida a certidão negativa de débitos municipais (débitos mobiliários).

16.3. O pagamento será efetuado através de Pagamento Instantâneo - PIX, no formato CNPJ, para a Pessoa Jurídica, cujos dados deverão ser informados na Proposta Comercial;

16.3.1. O Pagamento Instantâneo - PIX consistirá em comprovante de quitação pela PREFEITURA, de sua obrigação assumida com a empresa vencedora da licitação;

16.4. A Administração Municipal poderá proceder à retenção de impostos federais e municipais conforme legislação vigente.

16.5 Na existência de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

17. DA DOTACÃO

17.1. A despesa prevista para a execução desta contratação correrá pela classificação orçamentária: **Secretaria Municipal de Educação.**

- **Ficha 344** – 01.09 01.09.10 12 365 2008 2110 3.3.90.39.78 213.0000 (**Recurso Próprio**);
- **Ficha 339** – 01.09 01.09.10 12 365 2008 2109 3.3.90.39.78 212.0000 (**Recurso Próprio**);
- **Ficha 321** – 01.09 01.09.10 12 361 2008 2108 3.3.90.39.78 220.0000 (**Recurso Próprio**);

18. DAS SANÇÕES

18.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Concessão, a CONTRATADA, assegurado o contraditório e a ampla defesa em regular processo administrativo, ficará sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 6.867, de 30 de maio de 2025, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

18.1.1 O licitante vencedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, estará sujeito às seguintes penalidades, nos termos dos Arts. 18, I e 34, V do Decreto Municipal nº 6.867/2025:

- a) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal Direta e Indireta do MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA, pelo prazo de até 08 (oito) meses; e
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado do contrato (valor da adjudicação).

18.1.2 Havendo irregularidades na execução do objeto, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, aplicáveis de forma isolada ou cumulativa:

a) Advertência: Por falhas na execução do contrato que não acarretem prejuízos pecuniários significativos à Administração ou aos usuários, desde que não seja caso de reincidência, nos termos do Art. 14 do Decreto Municipal nº 6.867/2025.

b) Multas:

I – Pelo atraso no início da execução da obrigação (Mora): Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, podendo ser dobrada em caso de reincidência;

II – Pela inexecução parcial do contrato: Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo contratual, conforme o caso;

III – Pela inexecução total do contrato: Multa equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado do contrato;

IV – Infrações Gerais: Por qualquer outra infração a cláusulas contratuais não previstas especificamente acima, multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor de referência do contrato, graduada conforme a gravidade da infração, nos termos do Art. 37 do Decreto Municipal nº 6.867/2025.

18.1.3 A sanção de Impedimento de Licitar/Contratar poderá ser aplicada pelo prazo máximo de 03 (três) anos, cumulada ou não com multa, quando o contratado der causa à inexecução parcial ou total do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, nos termos do Art. 34 do Decreto Municipal nº 6.867/2025.

18.1.4 A sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos poderá ser aplicada, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos, nos casos previstos no Art. 36 do Decreto Municipal nº 6.867/2025 (fraude,

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

atos ilícitos, apresentação de documento falso).

18.1.5 O prazo para pagamento das multas será de 20 (vinte) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação da decisão definitiva. Caso a multa não seja paga no prazo estabelecido, o valor será descontado da garantia contratual, retido de pagamentos eventualmente devidos ou inscrito em Dívida Ativa para cobrança judicial, incidindo atualização monetária conforme Art. 89 do Decreto Municipal nº 6.867/2025.

18.1.6 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, podendo ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

18.1.7 As penalidades poderão ser consultadas através do link: <https://siapegov.pindamonhangaba.sp.gov.br/portal-transparencia/licitacoes/empresas-sancionadas>.

19. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento, **EXCLUSIVAMENTE** no endereço eletrônico <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>.

19.1.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na plataforma BR CONECTADO no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.1.2 Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

19.1.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.1.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.1.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.1.6 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

19.1.7 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

19.2. Os esclarecimentos serão disponibilizados no endereço eletrônico acima mencionado.

19.3. Eventuais retificações do Edital serão disponibilizadas no sítio da <https://www.licitacaopindamonhangaba.com.br>.

19.4. A entrega da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

19.5. Todas as respostas do Pregoeiro às impugnações e recursos, porventura interpostos, estarão à disposição dos interessados no próprio Site.

19.6. A participação da licitante na presente licitação implica na sua concordância a todas as condições e termos estabelecidos neste Edital e anexos;

19.7. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da sua participação nesta licitação tais como a elaboração e encaminhamento de suas propostas e dos documentos exigidos neste Edital;



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

19.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos;

19.10. Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão;

19.11. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo no endereço eletrônico;

19.12. É facultada ao Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência com a suspensão da sessão, se for o caso, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

19.13. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.14. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

19.15. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.16. As comunicações referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação nos meios oficiais de publicações do Município de Pindamonhangaba.

19.17. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

19.18. Fica reservado à MUNICIPALIDADE DE PINDAMONHANGABA, responsável pelo pregão, o direito de:

a) Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, ou anular o procedimento quando constatada ilegalidade no seu processamento;

b) Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de proposta, na forma da legislação vigente. Não haverá obrigatoriedade de reabertura dos prazos quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;

c) Adiar o recebimento das propostas, divulgando mediante aviso público, a nova data.

20. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Pindamonhangaba para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente licitação que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes.

Pindamonhangaba, 16 de março de 2026.

MATHEUS DE LIMA REZENDE

Respondendo pelo Departamento de Licitações e Contratos

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO I

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXXXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA E A EMPRESA XXXX

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA**, pessoa jurídica de direito público, com sede nessa cidade, na Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, nº 1400, Bairro Alto do Cardoso, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.226.214/0001-19, neste ato representada pela(o) sua(eu) Secretária(o) Municipal de xxxxxxxx, Sra(o). **xxxxxx**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora(o) da cédula de identidade nº xxxx, e do CPF/MF nº xxxx, residente e domiciliada(o) na cidade de xxxxx, na Av/Rua xxxxx, Bairro xxxxx, doravante simplesmente designada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa xxxxx, pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída, com sede na cidade de xxxxx, na Av/Rua xxxxx, nº xx, bairro xxxxxx, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxx, neste ato representada por xxxxxx Sr. **xxxxxxxxxxxxxx**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da cédula de identidade nº xxxxxx, inscrito no CPF/MF sob nº xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxx, xxx, Bairro xxxx, xxxxx/xx, doravante simplesmente designada como **CONTRATADA**, nesta e na melhor forma de direito, firmam o presente contrato, nos termos expressos do edital licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024 (PMP Nº xxx/2024)**, ao amparo do artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, não podendo daquele se desvincular, sob nenhum pretexto, com as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Conforme detalhado na **solicitação de compra nº xx/2024 de xx/xx/2024**, o presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA xxxxxx**
- 1.2. Considera-se integrante do presente contrato, como se nele estivesse transcrito, o documento a seguir relacionado, o qual, nesse ato, as partes declaram conhecer e aceitar: a respectiva proposta elaborada e apresentada pela CONTRATADA, Termo de Referência e eventuais anexos dos documentos supra citados.
- 1.3. A critério exclusivo da CONTRATANTE, o objeto do presente contrato poderá sofrer supressões ou acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades acima ajustadas, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de aditamento.
- 1.4. Reduções maiores do que 25% (vinte e cinco por cento) somente serão aceitas se decorrentes de acordo celebrado entre as partes.
- 1.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de aditivo, conforme situações previstas no artigo 136 da Lei 14.133/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 Os serviços deverão ser executados nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência que integra o presente contrato para todos os fins.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. O objeto desse contrato somente será recebido, nos termos do art. 154, inciso I do Decreto Municipal nº 6.545/2023 se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados no item 1.2.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

- 3.2. A CONTRATADA obriga-se a trocar, às suas expensas, desde que mediante incontestável prova documental do não cumprimento do seu programa mensal, hipótese em que não ocorrerá o pagamento enquanto não for satisfeito o objeto do contrato.
- 3.3. A execução será realizada conforme programação da CONTRATANTE.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO

- 4.1. O valor total do presente contrato é de **R\$ xxxx (xxxxx)**.
- 4.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 4.2. O presente contrato onerará o recurso reservado no elemento de despesa do orçamento da CONTRATANTE na **dotação nº xxxxx, empenho nº xxx/2023, ficha xxxx, da Secretaria Municipal de XXX (recurso XXX)**.
- 4.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis pela CONTRATANTE com a apresentação pela CONTRATADA da competente documentação fiscal devidamente atestada pela Secretaria Gestora.
- 4.4. Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.
- 4.5. Transcorrido o prazo para pagamento, o mesmo será efetivado pela Tesouraria na forma eletrônica. Não serão aceitas cobranças através da rede bancária - única e exclusivamente *em carteira*.
- 4.6. Na existência de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5. CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1. A vigência do contrato será de **XX (XXXX) meses**, contados a partir da data da autorização de serviços, uma vez assinado este termo de contrato, conforme item 14.2 do edital.
- 5.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a prévia justificativa da autoridade competente.
- 5.3. O valor deste instrumento poderá ser reajustado e, para tanto, será utilizado o IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) acumulado de doze meses, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 5.3.1. Para a data do orçamento estimado, será considerada a data de fechamento do relatório de pesquisa de preço.
- 5.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará a Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

- 5.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 5.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 5.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 5.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 6.1. Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, inciso II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2. Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos deverão ser apresentados à Administração Pública Municipal conforme artigo 151 e parágrafos do Decreto Municipal nº 6.545/2023, observado o disposto no artigo 124, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 bem como o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. DA CONTRATADA:

- 7.1.1. Executar o objeto do contrato em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 7.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 7.1.3. Promover a guarda, manutenção e a vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto durante a vigência do contrato.
- 7.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.
- 7.1.5. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortúnica do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução desse contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 7.1.6. Fazer prova, antes da quitação de cada fatura, da regularidade para com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social mediante a apresentação de CND - Certidão Negativa de Débito em vigor, bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, nos mesmos moldes.
- 7.1.7. Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou preposto, ao CONTRATANTE ou a terceiros.
- 7.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).
- 7.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 7.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, "d", da Lei Federal 14.133/2021.
- 7.1.11 Demais obrigações estão definidas no Termo de Referência.

7.2. DA CONTRATANTE:

- 7.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e seus anexos;
- 7.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 7.2.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

- 7.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente Contrato, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 7.2.5. Aplicar à Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização da Contratante;
- 7.2.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato por intermédio de servidor(es) especialmente designado(s) conforme determina o artigo 117 da Lei nº 14.133/21.
- 7.2.7. Efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA, nos precisos termos dispostos neste instrumento.
- 7.2.8. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do presente pacto.
- 7.2.9. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na execução do objeto, utilizando-se da forma escrita, para que esta possa tomar as medidas necessárias.
- 7.2.10. Os representantes da administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/21.
- 7.2.11. As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas a gestora da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º, da Lei 14.133/21.
- 7.2.12. Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue.
- 7.2.13. Zelar pelo conteúdo dos serviços contratados, não transferindo acesso ou divulgando seu conteúdo a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATADA.
- 7.2.14. Notificar à CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre a intenção de aplicação de multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 7.2.12 Demais obrigações estão definidas no Termo de Referência.

7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES QUANTO AOS DADOS PESSOAIS:

- 7.3.1. Ficam as partes comprometidas em proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, garantindo que:
- 7.3.1.1. Os dados pessoais tratados tomaram por base a legislação vigente sobre proteção de dados, nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- 7.3.1.2. Os dados tratados ficam limitados às atividades necessárias para atingir a finalidade de execução, ressalvado o tratamento para operação da CONTRATADA.
- 7.3.1.3. Os dados coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato e operações da CONTRATADA, e poderão ser compartilhados com terceiros quando necessário à própria prestação do serviço, sendo que, nestes casos, será exigido do terceiro o compromisso com a privacidade e proteção dos dados compartilhados;
- 7.3.1.4. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, ressalvada a hipótese da alínea "3";
- 7.3.1.5. Os dados sensíveis só podem ser tratados nas hipóteses do art. 11 da LGPD, devendo ser observados suas permissões, vedações, compartilhamento e comunicação.
- 7.3.1.6. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais obtidos através da prestação dos serviços, e sob instruções e na medida do determinado pela contratante, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.
- 7.3.2. CONTRATADA e CONTRATANTE atuarão em conjunto no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;
- 7.3.3. O "Encarregado" ou "DPO" da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado da CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 7.3.4. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

7.3.5. Em relação ao cumprimento de obrigações referentes a LGPD, a CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE atuarão em conjunto para que os direitos dos titulares possam ser exercidos.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

8.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

9. CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. A extinção do presente Termo de Contrato nos termos do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021 poderá ocorrer:

9.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.1.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes situações:

9.2.1. o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

9.2.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

9.2.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

9.2.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

9.2.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

9.2.6. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

9.2.7. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

9.2.8. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

9.2.9. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz

9.3. A contratada poderá solicitar a extinção dos contratos conforme disposição contida no artigo 137, §2º da mesma lei.

9.4. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do artigo 147 da mesma Lei e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos, nos termos do artigo 148 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE prevista no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

9.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.6.3. Indenizações e multas.

10. CLAUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

10.1. O licitante ou contratada se responsabiliza administrativamente pelas ocorrências das infrações dispostas no artigo 155, caput e seus incisos da Lei nº 14.133/2021 e pelo que dispõe o Decreto Municipal nº 6.097, de 29 de novembro de 2021, quando:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as sanções, de acordo com o artigo 156 e seus parágrafos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 6.097, de 29 de novembro de 2021, as quais seguem:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública de Pindamonhangaba, direta e indireta, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

10.2.5. A sanção prevista no item 8.2.4 observará o devido processo legal, respeitando o contraditório e a ampla defesa, observado no que couber, o artigo 156, §6º, observados os prazos e condições do artigo 57 a 161, todos da Lei 14.133/2021.

10.2.5.1. Advertência;

10.2.5.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

10.2.5.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 03 (três) anos;

10.2.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que mesma fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

10.4. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

10.5. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

10.6. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de Direito Público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONTRATO

12.1. A gestão do presente contrato será realizada pela **Secretaria Municipal de XXXX**, tendo como responsável o(a) **Sr(a). XXXXXX**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Modelo PE2c

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

13.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13.2. Em casos de omissão, aplica-se ao presente contrato a Lei nº 14.133/21.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal indicado pela Secretaria Gestora nos autos do processo, representantes da Administração, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021 ou pelos respectivos substitutos.

14.2. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante vencedor pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato em conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133/2021.

14.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Caberá a CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP e divulgá-lo em seu sítio eletrônico oficial.

15.2. A divulgação do contrato no PNCP deverá observar o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, como condição de eficácia do negócio jurídico.

16. DA CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

16.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133/2021, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

17.1. As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas, conforme artigo 92, §1º da Lei 14.133/2021.

16.2 E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam digitalmente o presente instrumento contratual, conforme MP nº 2.200 de 24 de agosto de 2001, em igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Pindamonhangaba, de ... de 2024

XXXXXXXXX
Secretaria Municipal

XXXXXXX
Pessoa Jurídica



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de imunização e controle de pragas urbanas (desinsetização, desratização, descupinização, eliminação de escorpiões, manejo e afastamento de aves/ morcegos e pombos), nos prédios da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 meses, com 4 aplicações anuais, podendo ser prorrogado por igual período, conforme legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamenta-se na necessidade de garantir condições sanitárias adequadas aos prédios escolares, atendendo normas sanitárias, ao interesse público e ao planejamento da Secretaria de Educação.

2.2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.2.1. Lei Federal nº 6.437/1977 – Define infrações à legislação sanitária e dá diretrizes sobre fiscalização.

2.2.2. Resoluções da ANVISA – Normas sobre controle de pragas em estabelecimentos de ensino e serviços de alimentação.

2.2.3. Legislação Municipal e Estadual – Normas locais sobre higiene, saúde pública e manutenção de prédios públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução envolve a execução de serviços técnicos especializados, em cronograma trimestral, com acompanhamento da Secretaria e uso de produtos regularizados.

3.2. Consiste na execução de serviços integrados de controle de pragas em todas as unidades, em cronograma trimestral, com supervisionamento da Secretaria, relatórios técnicos, uso de produtos regularizados e acompanhamento contínuo para garantir a salubridade dos ambientes.

4. DO DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Atestados passados emitidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, que comprovem que a respectiva licitante executou ou executa, a contento, fornecimento de natureza e vulto similares ao desta licitação, na proporção de no mínimo 50% do objeto licitado, conforme sumula 24 do TCE, sendo permitida a soma de atestado





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

4.2. Alvará/Licença para o funcionamento do estabelecimento, expedido pela autoridade sanitária ou ambiental competente do Estado ou Município onde a Proponente estiver instalada;

4.3. Comprovação de possuir no quadro de funcionários, responsável técnico, devidamente habilitado, inscrito no respectivo Conselho Regional, conforme Resolução RDC N.o 18, de 29/02/2000;

4.4. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis

4.4.1. A empresa deverá apresentar os dois últimos Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício (D.R.E.), conforme exigido pela legislação vigente. Os documentos deverão estar devidamente assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento, quando aplicável.

4.4.2. Serão considerados aceitos os balanços apresentados na forma da lei, observando-se os seguintes critérios:

4.4.3. A boa situação financeira da licitante deverá ser comprovada com as demonstrações dos índices a seguir, calculadas a partir do balanço apresentado:

INDICADORES	FÓRMULA	ÍNDICE
Índice de Liquidez Geral	$(AC+RLP) / (PC+ELP)$	> ou = 1,00 (maior ou igual a 1)
Índice de Liquidez Corrente	AC / PC	> ou = 1,00 (maior ou igual a 1)
Índice de endividamento	$(PC + ELP) / AT$	≤ 0,50 (menor ou igual a 0,50)
LEGENDA:		
AC = Ativo Circulante	RLP = Realizável A Longo Prazo	AT = Ativo Total
PC = Passivo Circulante	Exigível A Longo Prazo	

4.5. Capital Social Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Execução periódica trimestral, com divisão das unidades em grupos, seguindo protocolos de segurança e procedimentos técnicos.

5.2. Agendamento de acordo com as necessidades da Secretaria municipal de educação.





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão será exercida por servidor indicado como gestor, acompanhado por fiscal técnico, com relatórios mensais e registros de conformidade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Pagamento conforme m² efetivamente tratado, mediante entrega de relatório técnico, laudo, registro fotográfico e aceite do fiscal.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Modalidade: Pregão Eletrônico. Critério de julgamento: menor preço global.

9. ESTIMATIVA DE VALOR

9.1. A estimativa se fundamenta com base em preços unitários por m², pesquisas de mercado e contratações similares bem como pelo uso da plataforma de licitações.

9.2. O valor final da contratação será estimado com base no preço por metro quadrado (m²), multiplicado pela área total anual tratada, resultando em valor global estimado de R\$ 1.038.775,18 (um milhão, trinta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos).

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como encargos administrativos, operacionais e do responsável técnico, tributos, inclusive IPI ou ICMS, se houver, bem como frete, carga, descarga e quaisquer outras incidências que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, não sendo admitida qualquer cobrança adicional.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação correrá à conta das dotações orçamentárias:

Ficha 321: 01.09.10 | 12.361.2008.2108 | 01 | 220.0000 | 3.3.90.39.00

Ficha 339: 01.09.10 | 12.365.2008.2109 | 01 | 212.0000 | 3.3.90.39.00

Ficha 344: 01.09.10 | 12.365.2008.2110 | 01 | 213.0000 | 3.3.90.39.00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

11. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA

11.1. O quantitativo estimado segue pela lista de unidades a serem atendidas com suas respectivas metragens, endereço e grupo de atuação:

SITUAÇÃO	Q T	UNIDADES	Endereço	M ² TOTAL
ATIVA	1	CMEI ANDRÉA CRISTINA DE SOUZA BISSOLI	Rua Gal. Júlio Salgado, 996, Alto Tabau - CEP 12403-070	1.000,00
FECHADA	2	CMEI CAIC - (CEM - DOMINGOS JOSÉ RAMOS MELLO)	Rua Benedito Darcy Monteiro, 160, Araretama	1.172,00
ATIVA	3	CMEI ROSALIA DE FÁTIMA SANTOS QUEIROZ. PROF ^a - CRISPIM	Rua Ceará, 140, Crispim, CEP 12402-270	2.884,00
ATIVA	4	CMEI DONA YOLANDA IMMEDIATO FRYLING	Rua Monteiro Lobato, 101, Alto Cardoso – CEP 12420-040	1.628,00
ATIVA	5	CMEI ESMERALDA DA SILVA RAMOS	Av. das Orquídeas, 442, Residencial Liberdade	4.211,02
ATIVA	6	CMEI FRANCISCO LESSA JÚNIOR, Dr.	Rua Pedro Ângelo Foroni, 32, Cidade Jardim - CEP 12424-290	1.190,00
ATIVA	7	CMEI FREI REYNALDO NIEBORG	Rua Virgílio Marcondes, 66, Santa Cecília, CEP 12411-370	1.200,00
ATIVA	8	CMEI ISABEL PEREIRA DA SILVA	R. Dr. Gonzaga, 110, Moreira Cesar (Centro)	1.540,00
ATIVA	9	CMEI JOÃO FLEURY FILHO	Rua Caraguatatuba, 435, Alto do Cardoso - CEP 12420-500	1.968,00
ATIVA	10	CMEI JONAS ABIBI, MONS. "ARCO IRIS"	Rua Adilson Augusto Bassanello Pereira, Arco Iris, CEP 12426-020	2.317,00
ATIVA	11	CMEI JOSÉ ILDEFONSO MACHADO	Av. Maria Albissu Bonafé, 111, Loteamento Larte Assunção- CEP 12440-630	1.800,00



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

ATIVA	12	CMEI JOSEFINA CEMBRANELLI SCHMIDT	Rua Dr. Frederico Machado, 855, Jardim Roseli - CEP 12410-040	1.188,20
ATIVA	13	CMEI OLÍMPIA FRANCO CÉSAR	Trav Rua Felício Carpana Vitalli, 161, Castolira - CEP 12405-450	2.350,00
ATIVA	14	CMEI LUCINEIA CRISTIANI MARCELO DO AMARAL CARVALHO	RUA João do Amaral, 68, Araretama, CEP 12423-580	700,00
ATIVA	15	CMEI MARIA APARECIDA GOMES – “SÁ MARIA”	Avenida Espanha, 847, Pasin - CEP 12445-680	1.794,00
ATIVA	16	CMEI MARIA BENEDITA CABRAL SAN MARTIN	Rua Aristides Pires, 38, Residencial Vista Alegre, CEP 12442-040	1.910,00
ATIVA	17	CMEI MARIA DAS DORES SANTOS MARCONDES – “MARIA DOS ANJOS”	Rua dos Cravos, 264, Vale das Acácias, CEP 12440-340	2.220,00
ATIVA	18	CMEI MARIA LUIZA LIMA DE ALMEIDA	R. Antonio Bueno de Carvalho Filho, 70, Residencial Azeredo	1.647,40
ATIVA	19	CMEI MARLI LEMES DE MOURA CAMARGO	Rua Maceió, 79, Terra dos Ipês I - CEP 12443-420	2.400,00
ATIVA	20	CMEI NEIDE MARIA PEREIRA DE ANDRADE PROFª	Estrada municipal Carlos Lopes Guedes Filho, 2.161 - Residencial Bem Viver - CEP: 12426-201	3.487,00
EM CONSTRUÇÃO	21	CMEI PARQUE DAS PALMEIRAS (em construção)	Avenida Amélia Prata Balarin, s/n, Parque das Palmeiras, CEP 12404-241	0,00
ATIVA	22	CMEI RUTH DÓRIS LEMES - BEM VIVER	Estrada Carlos Lopes Guedes Filho, s/n, Araretama, CEP 12423-501	3.887,00
ATIVA	23	CMEI RESIDENCIAL LESSA	R Geraldo Prates da Fonseca, 18, Lessa - CEP 12422-490	2.353,07
ATIVA	24	CMEI SILVIA APARECIDA QUIRINO DE JESUS	AV. Independência , 149 - Cidade Nova - CEP	5.582,00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Educação

			12.414-240	
ATIVA	25	CMEI TEREZINHA MACEDO PEDRO ANDRADE	R. Major José dos Santos Moreira, nº645, Vila Bourguese CEP 12410-050	2.400,00
ATIVA	26	CMEI VALDIRA MORGADO	Rua Geraldo Derrico Moreira, s/n, Mantiqueira, CEP 12446-150	2.400,00
ATIVA	27	CEAP DURVALINO DOS SANTOS	Rua Geraldo Mário Sacramento, 152, Bairro das Campinas - CEP 12415-050	4.100,00
ATIVA	28	ALMOXARIFADO DA EDUCAÇÃO	Rua Paraibuna, 122, Cidade Nova, CEP 12414-200	1.060,00
FECHADA	29	MERENDA ESCOLAR	Rua Caraguatatuba, 13, Alto do Cardoso, CEP 12420-500	0,00
ATIVA	30	NAP "GOV. MÁRIO COVAS"	Avenida Polônia, 451, Pasin, CEP 12445-640	2.260,00
ATIVA	31	NAP "Dr. FRANCISCO ROMANO DE OLIVEIRA"	Rua Inglaterra, 344, Bela Vista, CEP 12412-520	2.675,00
ATIVA	32	PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL "CASA VERDE"	Rua Guilherme Nicoletti, 965 - CEP 12445-120	482,00
ATIVA	33	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (PRÉDIO NOVO)	Rua General Julio Salgado, 996, CEP12.403-070	6.000,00
ATIVA	34	PINDA EDUCA MAIS (ANTIGO PRÉDIO DA EDUCAÇÃO)	Rua Senador Dino Bueno, 119, Bosque da Princesa CEP 12401-410	909,00
ATIVA	35	EM AUGUSTO CÉSAR RIBEIRO, Prof.	Rua Vicente Correa Leite, 185, Vila Rica, CEP 12422-430	2.387,00
ATIVA	36	EM AYRTON SENNA DA SILVA	Rua Estado do Piauí, 45, Terra dos ipês, CEP 12443-410	5.016,00
ATIVA	37	EM ÂNGELO PAZ DA SILVA, Dr.	Rua Jose Luiz Imediato, 235, Cidade Jardim, CEP 12424-210	1.370,00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

ATIVA	38	EM ANIBAL FERREIRA LIMA	R. General Ruy de Andrade Costa, 100, Residencial Arco-Íris, - CEP 12423-470	1.285,00
ATIVA	39	EM ABDIAS JÚNIOR SANTIAGO E SILVA	Rua João Maria Pires, 30, Santa Cecília, CEP 12411-680	3.160,00
ATIVA	40	EM ALEXANDRE MACHADO SALGADO Prof.	Rua José Benedito Quirino, 280, Campinas, CEP 12415-030	3.050,00
ATIVA	41	EM ARTHUR DE ANDRADE	Avenida Princesa do Norte, 1.321, Cidade Nova - CEP 12414-060	2.386,70
ATIVA	42	EM ANDRÉ FRANCO MONTORO, Dr.	Av. Mons. João José de Azevedo, 520, Crispim - CEP 12402-010	2.934,00
ATIVA	43	EM DULCE PEDROSA ROMEIRO GUIMARÃES	Avenida Dr. João Ribeiro, 131, Boa Vista, CEP 12401-110	4.648,45
ATIVA	44	EM ELIAS BARGIS MATHIAS, Prof.	Rua Benedito Bacca Beneca, 60, Araretama, CEP 12423-220	4.172,00
ATIVA	45	EM FÉLIX ADIB MIGUEL	R Geraldo Prates da Fonseca, 140, Vila Rica, CEP 12422-490	6.140,00
ATIVA	46	EM Dr. FRANCISCO DE ASSIS CÉSAR	R. Francisco Sebastião Borges, 259, Moreira César, CEP 12440-220	2.122,00
ATIVA	47	EM GILDA PIORINI MOLICA, Profa	Rua Antonio dos Santos, 189, Santa Luzia, CEP 12411-080	5.150,00
ATIVA	48	EM ISABEL DO CARMO NONOGUEIRA, Profª	Rua Ceará, 40, Crispim, CEP 12402-270	7.547,84
ATIVA	49	EM JAIRO MONTEIRO, Prof.	Av. Abel Correia Guimarães, 1422, Vila Rica, CEP 12420-680	2.410,00
ATIVA	50	EM JOAQUIM PEREIRA DA SILVA Prof.	R. Dr. Carlos M. de Almeida Jr., s/n, Mantiqueira, CEP 12446-110	4.272,00
ATIVA	51	EM JOSÉ GONÇALVES DA	Rua 7, 137, Residencial	5.540,00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Educação

		SILVA - "SEU JUQUINHA"	Liberdade, CEP 12444-693	
ATIVA	52	EM JOÃO KOLENDA LEMOS - BEM VIVER	Estrada Carlos Lopes Guedes Filho, s/n, Araretama, CEP 12423-501	5.825,00
ATIVA	53	EM JOÃO CESÁRIO	Av. João Francisco da Silva, 1956, Feital - CEP 12441-240	3.200,00
ATIVA	54	EM JULIETA REALE VIEIRA, Profa	Trav. da R. Felício Carpana Vitalli, 149, Castolira, CEP 12405-450	5.100,00
ATIVA	55	EM LAURO VICENTE DE AZEVEDO Prof.	R. Antonio Carlos Correa de Macedo, 524, Loteamento Cícero Prado, CEP 12444-600	4.691,00
ATIVA	56	EM MARIA APARECIDA ARANTES VASQUES, Profa	Av. Cap. João Monteiro do Amaral, 300, Mombaça, CEP 12425-220	5.250,00
ATIVA	57	EM MARIA APARECIDA CAMARGO DE SOUZA, Profa – “Ma Aparecidinha”	Estr. Municipal Luiza Miranda Picca, 170, Ribeirão Grande, CEP 12400-000	1.134,00
ATIVA	58	EM MARIA HELENA RIBEIRO VILELA, Profª	R. Tung A. Chin, 100, Jardim Regina, CEP 12442-400	1.680,20
ATIVA	59	EM MARIA MADUREIRA SALGADO, Profª – “DONA MINICA”	Estr. Mun. Carlos Diacomio Angelo Masetti, 500, Cruz Pequena, CEP 12402-651	4.000,00
ATIVA	60	EM MARIA ZARA MINÉ RENOLDI DOS SANTOS, Profa	R. Ver. José Francisco A. dos Santos, 129, Jardim Cristina, CEP 12412-150	2.825,00
ATIVA	61	EM MÁRIO ANTÔNIO BONOTTI, Pe.	Rua Araras, 312, Maria Áurea, CEP 12420-530	2.000,00
ATIVA	62	EM MOACYR DE ALMEIDA, Prof.	R. Eng, José Nicola Mutarelli, 192, Jardim Bela Vista, CEP 12412-500	3.982,00
ATIVA	63	EM MADALENA	R. José A. Pereira	2.430,00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

		CALTABIANO SALUM BENJAMIM, Prof ^a	Sobrinho, 160, Araretama / Nova Esperança, CEP 12426-320	
ATIVA	64	EM MÁRIO DE ASSIS CÉSAR, Prof.	Rua Maria da Glória Carlota, 424, Padre Rodolfo, CEP 12441-580	4.608,00
ATIVA	65	EM MANOEL CÉSAR RIBEIRO, Prof.	Rua 13 de Maio, 200, Residencial Andrada, CEP 12402-610	3.700,00
ATIVA	66	EM ODETE CORRÊA MADUREIRA	R. Benedicto Alves dos Santos, 31, Morumbi CEP 12403-680	2.303,60
ATIVA	67	EM ORLANDO PIRES, Prof.	Rod. Dr. Caio Gomes Figueiredo, 5161, Bom Sucesso, CEP 12404-010	1.643,00
ATIVA	68	EM PADRE ZEZINHO	Rua Guilherme Nicoletti, 753, Vila São Benedito, CEP 12445-120	1.932,00
ATIVA	69	EM PAULO FREIRE, Prof.	Rua Guilherme de Almeida, 26, Vila Prado, CEP 12410-520	825,00
ATIVA	70	EM REGINA CÉLIA MADUREIRA DE SOUZA LIMA	Av. Nicanor Ramos Nogueira, 1030, Araretama - CEP 12.423-020	3.821,00
ATIVA	71	EM RACHEL DE AGUIAR LOBERTO Prof ^a	Rua dos Cravos, 314, Vale das Acácias, CEP 12440-340	2.054,00
ATIVA	72	EM RUTH AZEVEDO ROMEIRO Prof ^a	Rua dos Pintassilgos, 370, Loteamento Triângulo, CEP 12413-040	2.892,00
ATIVA	73	EM SERAFIM FERREIRA	Alameda dos Manacás, 2100, Terra dos Ipês I, CEP 12443-101	2.574,00
ATIVA	74	EM VITO ARDITO	Rua Wilson Muassab, 137, Araretama, CEP 12423-600	1.458,00
ATIVA	75	EM YVONE APPARECIDA ARANTES CORRÊA Prof ^a	Avenida dos Cedros, 305, Goiabal, CEP 12415-270	2.800,00
EM	76	CRECHE JARDIM REGINA		0,00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

CONSTRUÇÃO			
EM CONSTRUÇÃO	77	ESCOLA ALEXANDRINA	0,00
TOTAL POR APLICAÇÃO (M ²)			209.033,48
TOTAL ANUAL - 4 APLICAÇÕES (M ²)			837.721,92

12. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA

12.1. Garantia mínima de 90 dias por aplicação, com reexecução integral em caso de falhas na eficácia.

13. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	UN.	QTD (M ²)
SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Contratação de empresa especializada para prestação de serviço imprescindível e comum de imunização e controle de pragas urbanas (desinsetização, desratização, descupinização em atendimento à legislação; eliminação de escorpiões, desalojamento de pombos, aves, morcegos e outras) nos prédios da Secretaria Municipal de Educação, por um período de 12 meses.	M ²	837.721,92

13.1. Regime de execução: empreitada por preço unitário.

13.2. Os serviços deverão ser realizados em toda área de cada unidade, não apenas através do uso de gel inseticida, mas também, com aplicações líquidas, com pulverizadores e atomizadores, a fim de combater e controlar insetos, aracnídeos, escorpiões, entre outras pragas que não podem ser combatidas apenas como o uso de gel inseticida;

13.3. Deverá ser realizada 1 (uma) aplicação a cada trimestre em cada prédio constante no Anexo I deste Termo de Referência, totalizando 4 aplicações anuais em cada local. Portanto, correspondendo às metragens a seguir:

13.3.1. Metragem total de todos os prédios da Secretaria Municipal de Educação: **209.033,48 m²** (por aplicação);





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

13.3.2. Metragem anual de todos os prédios da Secretaria Municipal de Educação: **837.721,92 m²** (4 aplicações anuais);

13.4. No serviço de desinsetização e desratização estão os processos de controle do número de insetos roedores, pragas, animais peçonhentos entre outros sinantrópicos, e demais impróprios ao ambiente escolar, que consiste no monitoramento dos pontos críticos detectados e das ocorrências observadas, fazendo uso de produto químico de forma racional (aplicação dirigida, sem riscos ao meio ambiente e pessoas e sem promover a descontinuidade das atividades do local);

13.5. A Contratada deverá emitir certificados ao final de cada serviço executado, assinado pelo responsável técnico com o respectivo número de registro no Conselho da Categoria, constando razão social da contratada, com identificação do número do alvará/licença de funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal e relatório com a descrição de todos locais onde foram efetuados os serviços, no período a que se refere o certificado de execução, assinado pelo responsável técnico;

13.6. A Contratada deverá proceder ao descarte das embalagens dos produtos de maneira adequada com o intuito de preservar o meio ambiente, e de acordo com a legislação vigente;

13.7. Cabe a contratada o controle efetivo e restrito de incidências das pragas, mantendo-se em patamares mínimos, aumentando a frequência de aplicação quando e onde se fizer necessário, sob a supervisão do responsável, sem acréscimo no valor programado.

13.8. Para o início dos trabalhos dentro das normas vigentes, a contratada deverá comprovar junto a Secretaria Municipal da Educação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, condição técnica/legal, aceitável, para o início dos serviços, apresentando:

13.8.1. Certificados de Capacidade das NR 33 (Trabalho em Espaço Confinado) e NR 35 (Trabalho em Altura), dos funcionários designados para execução do contrato;

13.8.2. Relatório do SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) do último mês anterior que comprove a capacidade operacional e o vínculo empregatício legal e regular com seus empregados, constando dentre eles, àqueles que prestarão os serviços licitados em nossas unidades;

13.9. É terminantemente vedada qualquer tipo de subcontratação, sujeita às penas previstas em lei;

13.10. Durante os 12 (doze) meses o Relatório do SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) e os comprovantes de





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

pagamentos dos impostos sociais das competências devidas deverão ser enviados à Secretaria Municipal de Educação;

13.11. Antes do início dos trabalhos a Contratada deverá apresentar relação com os dados dos empregados habilitados a executar os serviços para que seja informado aos responsáveis das unidades, sendo que qualquer rescisão ou nova contratação deverá ser comunicada imediatamente à Secretaria Municipal de Educação, para que não haja bloqueio na entrada dos mesmos. Estes empregados deverão constar no Relatório do SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social), utilizar uniforme da Contratada e estar identificados;

13.12. O prazo para execução dos serviços e acompanhamento dos efeitos dos recursos físicos e químicos serão de 12 (doze) meses e incluem os serviços de desinsetização, desratização, descupinização; eliminação de escorpiões, formigas e outras pragas urbanas, manejo e afastamento de pombos, aves, morcegos conforme legislação ambiental vigente.

13.13. Condições para pagamento dos serviços:

13.13.1. Valor mensal por m² de serviços executados, nos meses que ocorrer os serviços;
- Os repasses e visitas entre os períodos das aplicações estarão inclusos nas medições de aplicação;

13.13.2. Apresentação da documentação solicitada no item 7;

13.13.3. NF-e enviada eletronicamente pela Plataforma 1 DOC juntamente com as certidões de regularidade fiscal (CNDT, CND FGTS, CND RF/INSS, CND Municipal, ata de vista mensal assinada pelo responsável pela unidade).

13.14. Deverão estar inclusos nos preços os custos diretos e indiretos necessários para a execução do serviço, tais como: mão de obra, leis sociais, produtos químicos, insalubridade, BDI, todas as taxas e impostos, descolamentos, equipamentos, etc.

13.15. Os valores estimados estão em conformidade com o preço de mercado, conforme as planilhas apresentadas no processo.

14. PERIODICIDADE DOS SERVIÇOS

14.1. Dias e Horários de Execução: os serviços serão executados de segunda à sexta-feira, em data e hora a ser determinada pela Contratante, EXCLUSIVAMENTE após o horário de aulas (17h00), podendo eventualmente, à critério da Contratante, iniciar às 16h00, a fim de evitar interrupção dos serviços nas escolas e nas unidades administrativas.





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

14.2. Deverá a empresa Contratada atender a qualquer solicitação emergencial no prazo de 24 (vinte e quatro horas), tantas vezes quantas forem necessárias, sem acréscimo no valor programado, no caso de ser necessária reaplicações em função de aplicações ineficazes;

14.3. Deverá a empresa contratada realizar uma visita mensal registrada em ata nas unidades para verificação de problemas, infestações de pombos, morcegos, formigas.

14.4. O procedimento de fiscalização da execução e aceitabilidade do trabalho será feito pelo diretor da unidade, que assinará a ordem de serviço executado e o gerenciamento o contrato caberá a Secretaria de educação.

14.5. Cronograma: As aplicações serão realizadas a cada 3 (três) meses, totalizando 4 (quatro) aplicações anuais em cada unidade, devendo a Contratada seguir como referência o cronograma abaixo:

CRONOGRAMA MÁXIMO DE EXECUÇÃO

MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
1ª Aplicação			2ª Aplicação		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3

MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
3ª Aplicação			4ª Aplicação		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3

14.5.1. As unidades estão divididas em 3 Grupos que totalizam metragens aproximadas, e cada grupo deverá ser realizado no máximo em um mês, respeitando os dias e horários previstos no item 4.1. As unidades que compõe cada Grupo e suas metragens constam no Item 10 deste Termo de Referência;

14.5.2 As unidades que estão em construção possuem previsão de entrega nos próximos 12 (doze) meses, razão pela qual compõe os grupos, sendo que a 1ª aplicação nestes locais somente ocorrerá após sua entrega, podendo assim divergir do constante no Cronograma;

14.5.3. A Contratada deverá dispor de equipes de trabalho diferentes para execução dos serviços simultaneamente em locais distintos no mesmo dia, para atendimento a contento do Cronograma, tendo em vista o horário permitido para ocorrência das aplicações;

14.5.4. Para fins de segurança, efetividade e celeridade, cada equipe de trabalho deve dispor de no mínimo 2 (dois) empregados, devendo esta quantidade ser aumentada proporcionalmente ao tamanho da unidade a ser atendida;





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

14.5.5. O Cronograma de Execução é uma referência para tempo máximo de finalização de cada aplicação, mas havendo disponibilidade de equipes de trabalho o mesmo pode ser adiantado de maneira que cada aplicação ocorra em menos de 3 meses. No entanto, o intervalo de 3 meses a cada aplicação deverá ser respeitado, salvo se for necessário reaplicações devido ineficácia de aplicação anterior, sem acréscimo no valor programado.

15. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

15.1. A Contratada além do fornecimento de mão-de-obra, dos produtos, materiais e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, obriga-se a:

15.1.1. As técnicas, assim como os produtos químicos utilizados, ficarão sob responsabilidade da Contratada;

15.1.2. Identificar todos os equipamentos, materiais, e utensílios de propriedade da Contratada, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;

15.1.3. Repor e ou ressarcir o prejuízo constatado pelos danos e avarias causados por seus funcionários ao patrimônio da Contratante, decorrentes de sua culpa ou dolo no exercício de suas atividades;

15.1.4. Técnicas utilizadas no controle de pragas instaladas ou de risco. As técnicas empregadas são determinadas em função da praga a ser controlada e o local a ser tratado, com o conhecimento do ciclo biológico de cada uma;

15.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

15.1.6. Respeitar as normas aplicáveis quando da manipulação de produtos químicos controlados, utilizando produtos na quantidade necessária e assumindo integral responsabilidade perante os órgãos fiscalizadores;

15.1.7. Responsabilizar-se pela efetiva realização dos serviços, cuidando para que não haja eventuais interrupções dos serviços prestados;

15.1.8. A contratada obriga-se a manter a disciplina entre seus técnicos, instruindo seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança do Trabalho;

15.1.9. Manter equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade necessária à boa execução dos trabalhos;

15.1.10. Fornecer todo equipamento de higiene e segurança do trabalho aos empregados no exercício de suas funções;

15.1.11. Utilizar somente produtos químicos registrados no órgão competente do Ministério da Saúde;





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

15.1.12. Atender, de imediato, as solicitações da contratante quanto às substituições de mão-de-obra não qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

15.1.13. Prestar os serviços de acordo com os parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais e equipamentos em quantidade, qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica e pela legislação.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Exercer a fiscalização dos serviços a serem executados por técnicos especialmente designados, notificando imediatamente por escrito quaisquer problemas ou irregularidades encontradas;

16.2. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da Contratada, dando-lhes acesso a suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da Contratada e cumprindo suas obrigações;

16.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários seus serviços;

16.4. Prestar aos empregados da Contratada as informações e esclarecimentos solicitados a respeito da natureza dos serviços.

16.5. Disponibilizar instalações sanitárias para os funcionários da Contratada;

16.6. Indicar, formalmente, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução dos serviços;

16.7. Expedir autorização especificando o início, as condições e os locais onde os serviços serão executados.

17. CONTROLE QUÍMICO

É aquele que visa eliminar as pragas a partir da utilização de praguicidas. O controle químico, apesar da ênfase maior em ações preventivas, também está presente, mas tem papel coadjuvante, complementar às orientações de limpeza e higiene;

17.1. Insetos rasteiros – técnicas de pulverização, atomização, polvilhamento e iscagem. Nas áreas internas o controle de ser executado por meio de iscagem de inseticida gel, sem risco de contaminação do ambiente e de pessoas.





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

17.2. Insetos voadores – técnicas de pulverização, atomização e termo nebulização de acordo com a característica do local a ser controlado. Em áreas internas com pacientes, em caso de necessidade, serão colocadas armadilhas adesivas.

17.3. Roedores – implementação de porta iscas raticidas ao redor das instalações formando um anel sanitário. Todas as portas iscas devem possuir etiquetas (com numeração e campo para preenchimento de data de avaliação e responsável) para obtenção de dados para relatórios.

17.4. Aves - O controle da presença de aves será feito com aplicação de substâncias pegajosas repelentes (gel) aplicadas nas beiras e parapeitos das janelas e outros locais que as aves possam pousar em conformidade com legislações vigentes. Com vistas a inibir piolhos, a Contratada deverá empregar medidas, visando o controle de infestação de pombos junto aos parapeitos das janelas externas, beirais dos telhados junto aos aparelhos de ar condicionado e em todas as áreas das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação.

17.4.1. A contratada se responsabilizará pela contratação de andaimes e todos equipamentos e materiais necessários aos trabalhos em altura, para completa execução de serviços de barreira física contra morcegos, pombos e outras aves. Será necessária a instalação de redes, que impeçam a entrada dessas pragas em locais específicos, bem como impedindo o pouso e abrigo das mesmas.

17.4.2 O manejo, o controle e a mitigação de problemas relacionados a aves sinantrópicas, incluindo pombos (*Columba livia*), deverão ser realizados exclusivamente com métodos permitidos pela legislação ambiental vigente, observando-se as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como as orientações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

17.4.3. Deverá ser realizadas instalações de no mínimo 13200 m² de rede entre 3 e 14 metros de altura;

17.4.4. Tais medidas se apresentam necessárias em virtude do histórico observado por esta Secretaria diante da dificuldade de resolver de maneira efetiva as infestações permanentes que colocam em risco os usuários das unidades de Educação deste município.

17.5. Animais peçonhentos – Escorpião – Controle mecânico, e utilização de inseticidas que possam controlar esse tipo de praga desde que aprovados e autorizados pelo Ministério da Saúde e não forneçam riscos aos alunos e funcionários.

17.6. Cupins - Eliminação e controle de cupins subterrâneos, cupins de alvenaria, cupins de solo e cupins de madeira seca. A empresa deverá realizar análise detalhada dos locais





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

afetados, identificando a espécie e os focos de infestação para determinação do melhor sistema a ser empregado para eliminação do inseto e proteção do local contra novos ataques, sempre utilizando produtos que NÃO provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas.

18. DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

18.1. Conforme diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob execução indireta no âmbito da administração pública, Anexo VII – A – Diretrizes para Ato Convocatório, item 6 – Da proposta, letra b, a empresa classificada em primeiro lugar no certame deverá demonstrar os custos da prestação dos serviços, **juntamente com a proposta consolidada de preços**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, conforme a Planilha de Composição de Custos constantes do Anexo I – Planilha de Composição de Custos; após sessão pública.

18.2. A proposta consolidada e a planilha de custo global serão analisadas pela Secretaria de Educação após o seu recebimento. A não apresentação da proposta no prazo indicado ou a desclassificação pelo não atendimento ao termo de referência será analisado e emitido o parecer.

18.3. A planilha de composição de custos constante do Anexo I do termo de referência é pautada no Anexo VII – “A”, item 6.2 “B” e nas diretrizes do Anexo VII – C da Instrução normativa nº 05/2017, devendo a licitante utilizá-la como modelo detalhando os custos de todos os itens discriminados na referida tabela do Termo de Referência – Anexo VI

19. ANEXOS

Anexo 1

PLANILHA DE CUSTOS CUSTOS DE APLICAÇÃO GLOBAL			
PREGÃO			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO; ELIMINAÇÃO DE ESCORPIÕES, DESALOJAMENTO DE POMBOS, AVES, MORCEGOS E OUTRAS) NOS PRÉDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.			
ITENS	MONTANTE A		
1	Mão de Obra - nº de empregados = 06	R\$	%





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Educação

2	Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
	TOTAL DO MONTANTE A	R\$	%
	MONTANTE B		
	Despesas Gerais		
3	- Administrativa	R\$	%
4	- EPI's	R\$	%
5	- Equipamentos	R\$	%
6	- Materiais, Produtos e insumos	R\$	%
7	- Transporte	R\$	%
	TOTAL DO MONTANTE B	R\$	%
	MONTANTE C		
8	Lucratividade	R\$	%
	TOTAL DO MONTANTE C	R\$	%
	SUBTOTAL (MONTANTE A + B + C)	R\$	%
	MONTANTE D		
9	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	R\$	%
	IMPOSTOS SOBRE FATURAMENTO	R\$	%
	CUSTO TOTAL ANUAL DO SERVIÇO	R\$	100 %

Andrea Guerrero Vieira
Diretora Administrativa Financeira

Lucio do Carmo da Silva
Secretário Municipal de Educação em
Exercício





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de imunização e controle de pragas urbanas (desinsetização, desratização, descupinização, eliminação de escorpiões, manejo e afastamento de aves/ morcegos e pombos), nos prédios da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 meses, com 4 aplicações anuais, podendo ser prorrogado por igual período, conforme legislação vigente.

2. DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto do presente instrumento caracteriza-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversas empresas e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

PARA O SERVIÇO:

A contratação dos serviços de controle de pragas é necessária considerando:

- **Amplitude de atendimento:** A Secretaria possui **72 imóveis**, atendendo atualmente **aproximadamente 15.300 alunos** e munícipes que utilizam os serviços prestados.
- **Risco à saúde pública:** Pragas urbanas podem transmitir doenças e causar riscos diretos à saúde de alunos, professores, funcionários e usuários, sendo essencial manter os ambientes escolares e administrativos livres destes vetores.
- **Cumprimento legal e sanitário:** A ação atende às exigências da legislação sanitária vigente, especialmente normas da **Vigilância Sanitária** relacionadas à higiene e segurança em estabelecimentos de ensino e serviços públicos.
- **Manutenção preventiva:** Inserir o controle de pragas no calendário regular de manutenção contribui para evitar infestações e proliferação de pragas, garantindo ambientes limpos, seguros e confortáveis.
- **Bem-estar e segurança:** Ambientes higienizados promovem conforto, bem-estar e produtividade de alunos e servidores, prevenindo agravos e danos à integridade física e saúde da comunidade escolar;
- A Secretaria possui 71 imóveis com aproximadamente 15.300 usuários, exigindo manutenção sanitária contínua.
- Ambientes escolares são locais de grande circulação de crianças, apresentando maior vulnerabilidade a riscos biológicos.
- Pragas urbanas transmitem doenças e representam risco direto à saúde pública.
- Sazonalidade e clima favorecem proliferação, exigindo ações preventivas regulares.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO

R. Gen Júlio Salgado, 996 - Tabaré, Pindamonhangaba - SP, 12403-070 - Tel: (12) 3644-1564
compras.educacao@pindamonhangaba.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

- Cumprimento de normas da Vigilância Sanitária e legislação sanitária.
- Necessidade de garantir ambientes limpos, seguros e adequados ao calendário escolar.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- **Lei Federal nº 6.437/1977** – Define infrações à legislação sanitária e dá diretrizes sobre fiscalização.
- **Resoluções da ANVISA** – Normas sobre controle de pragas em estabelecimentos de ensino e serviços de alimentação.
- **Legislação Municipal e Estadual** – Normas locais sobre higiene, saúde pública e manutenção de prédios públicos;
- Lei 14.133/2021.

ESCOPO DO SERVIÇO A SER REALIZADO

A contratada deverá executar:

- Inspeção técnica inicial e mapeamento de áreas críticas.
- Desinsetização, desratização, descupinização e manejo de pragas.
- Métodos permitidos: gel, iscas, armadilhas adesivas, pulverização controlada, barreiras químicas autorizadas.
- Métodos proibidos: fumigação e nebulização de alta toxicidade em ambientes internos escolares.
- Relatórios técnicos completos com fotos, croqui, produtos, lote, validade e assinatura do RT.
- Atendimento emergencial em até 24 horas.
- Uso de produtos autorizados pela ANVISA.
- Garantia mínima de 90 dias por aplicação.
- Monitoramento contínuo com registro de indicadores.

RISCOS E CRITICIDADES EM AMBIENTES ESCOLARES

- CMEIs e berçários exigem uso de produtos de baixa toxicidade.
- Refeitórios e cozinhas demandam metodologias não voláteis (gel, iscas, armadilhas).
- Quadras, depósitos, pátios e áreas com acúmulo de materiais têm maior incidência de roedores;
- Unidades próximas a áreas verdes apresentam risco aumentado para escorpiões.

PARA O CONSUMO ESTIMADO

CRONOGRAMA MÁXIMO DE EXECUÇÃO

MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
1ª Aplicação			2ª Aplicação		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO

R. Gen Júlio Salgado, 996 - Tabaú, Pindamonhangaba - SP, 12403-070 - Tel: (12) 3644-1564
compras.educacao@pindamonhangaba.sp.gov.br



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

3ª Aplicação			4ª Aplicação		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3

TOTAL POR APLICAÇÃO (M²)	209.033,48
TOTAL ANUAL - 4 APLICAÇÕES (M²)	837.721,92

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação é necessária para garantir condições adequadas de higiene, segurança e saúde aos mais de 15 mil alunos, servidores e usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Educação, considerando que os 72 imóveis educacionais e administrativos requerem manutenção contínua de controle de pragas para evitar riscos sanitários e ambientais.

5. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (DFD)

A contratação está alinhada ao planejamento institucional da Secretaria de Educação, assegurando ambientes adequados ao calendário escolar, à segurança sanitária e às políticas públicas municipais de educação com o DFD nº 556/2026.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Atestados passados emitidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, que comprovem que a respectiva licitante executou ou executa, a contento, fornecimento de natureza e vulto similares ao desta licitação, na proporção de no mínimo 50% do objeto licitado, conforme sumula 24 do TCE, sendo permitida a soma de atestado;

6.2. Alvará/Licença para o funcionamento do estabelecimento, expedido pela autoridade sanitária ou ambiental competente do Estado ou Município onde a Proponente estiver instalada;

6.3. Comprovação de possuir no quadro de funcionários, responsável técnico, devidamente habilitado, inscrito no respectivo Conselho Regional, conforme Resolução RDC N.º 18, de 29/02/2000;

6.4. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis

6.4.1. A empresa deverá apresentar os dois últimos Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício (D.R.E.), conforme exigido pela legislação





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

vigente. Os documentos deverão estar devidamente assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento, quando aplicável.

6.4.2. Serão considerados aceitos os balanços apresentados na forma da lei, observando-se os seguintes critérios;

6.4.3. A boa situação financeira da licitante deverá ser comprovada com as demonstrações dos índices a seguir, calculadas a partir do balanço apresentado:

INDICADORES	FÓRMULA	ÍNDICE
Índice de Liquidez Geral	$(AC+RLP) / (PC+ELP)$	> ou = 1,00 (maior ou igual a 1)
Índice de Liquidez Corrente	AC / PC	> ou = 1,00 (maior ou igual a 1)
Índice de endividamento	$(PC + ELP) / AT$	$\leq 0,50$ (menor ou igual a 0,50)
LEGENDA:		
AC = Ativo Circulante	RLP = Realizável A Longo Prazo	AT = Ativo Total
PC = Passivo Circulante	Exigível A Longo Prazo	

6.4.5. Capital Social Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7. QUANTITATIVO ESTIMADO

O quantitativo estimado segue pela lista de unidades a serem atendidas com suas respectivas metragens, endereço e grupo de atuação:

SITUAÇÃO	QT	UNIDADES	Endereço	M ² TOTAL
ATIVA	1	CMEI ANDRÉA CRISTINA DE SOUZA BISSOLI	Rua Gal. Júlio Salgado, 996, Alto Tabauá - CEP 12403-070	1.000,00
FECHADA	2	CMEI CAIC - (CEM - DOMINGOS JOSÉ RAMOS MELLO)	Rua Benedito Darcy Monteiro, 160, Araretama	1.172,00
ATIVA	3	CMEI ROSALIA DE FÁTIMA SANTOS QUEIROZ. PROF ^a - CRISPIM	Rua Ceará, 140, Crispim, CEP 12402-270	2.884,00
ATIVA	4	CMEI DONA YOLANDA IMMEDIATO FRYLING	Rua Monteiro Lobato, 101, Alto Cardoso – CEP 12420-	1.628,00



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Educação

			040	
ATIVA	5	CMEI ESMERALDA DA SILVA RAMOS	Av. das Orquídeas, 442, Residencial Liberdade	4.211,02
ATIVA	6	CMEI FRANCISCO LESSA JÚNIOR, Dr.	Rua Pedro Ângelo Foroni, 32, Cidade Jardim - CEP 12424-290	1.190,00
ATIVA	7	CMEI FREI REYNALDO NIEBORG	Rua Virgílio Marcondes, 66, Santa Cecília, CEP 12411-370	1.200,00
ATIVA	8	CMEI ISABEL PEREIRA DA SILVA	R. Dr. Gonzaga, 110, Moreira Cesar (Centro)	1.540,00
ATIVA	9	CMEI JOÃO FLEURY FILHO	Rua Caraguatatuba, 435, Alto do Cardoso - CEP 12420-500	1.968,00
ATIVA	10	CMEI JONAS ABIBI, MONS. "ARCO IRIS"	Rua Adilson Augusto Bassanello Pereira, Arco Iris, CEP 12426-020	2.317,00
ATIVA	11	CMEI JOSÉ ILDEFONSO MACHADO	Av. Maria Albissu Bonafé, 111, Loteamento Larte Assunção- CEP 12440-630	1.800,00
ATIVA	12	CMEI JOSEFINA CEMBRANELLI SCHMIDT	Rua Dr. Frederico Machado, 855, Jardim Roseli - CEP 12410-040	1.188,20
ATIVA	13	CMEI OLÍMPIA FRANCO CÉSAR	Trav Rua Felício Carpana Vitalli, 161, Castolira - CEP 12405-450	2.350,00
ATIVA	14	CMEI LUCINEIA CRISTIANI MARCELO DO AMARAL CARVALHO	RUA João do Amaral, 68, Araretama, CEP 12423-580	700,00
ATIVA	15	CMEI MARIA APARECIDA GOMES – "SÁ MARIA"	Avenida Espanha, 847, Pasin - CEP 12445-680	1.794,00
ATIVA	16	CMEI MARIA BENEDITA CABRAL SAN MARTIN	Rua Aristides Pires, 38, Residencial Vista Alegre, CEP 12442-040	1.910,00
ATIVA	17	CMEI MARIA DAS DORES SANTOS MARCONDES – "MARIA DOS ANJOS"	Rua dos Cravos, 264, Vale das Acácias, CEP 12440-340	2.220,00
ATIVA	18	CMEI MARIA LUIZA LIMA DE ALMEIDA	R. Antonio Bueno de Carvalho Filho, 70, Residencial Azeredo	1.647,40
ATIVA	19	CMEI MARLI LEMES DE	Rua Maceió, 79, Terra dos	2.400,00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

		MOURA CAMARGO	Ipês I - CEP 12443-420	
ATIVA	20	CMEI NEIDE MARIA PEREIRA DE ANDRADE PROF ^ª	Estrada municipal Carlos Lopes Guedes Filho, 2.161 - Residencial Bem Viver - CEP: 12426-201	3.487,00
EM CONSTRUÇÃO	21	CMEI PARQUE DAS PALMEIRAS (em construção)	Avenida Amélia Prata Balarin, s/n, Parque das Palmeiras, CEP 12404-241	0,00
ATIVA	22	CMEI RUTH DÓRIS LEMES - BEM VIVER	Estrada Carlos Lopes Guedes Filho, s/n, Araretama, CEP 12423-501	3.887,00
ATIVA	23	CMEI RESIDENCIAL LESSA	R Geraldo Prates da Fonseca, 18, Lessa - CEP 12422-490	2.353,07
ATIVA	24	CMEI SILVIA APARECIDA QUIRINO DE JESUS	AV. Independência , 149 - Cidade Nova - CEP 12.414-240	5.582,00
ATIVA	25	CMEI TEREZINHA MACEDO PEDRO ANDRADE	R. Major José dos Santos Moreira, nº645, Vila Bourguese CEP 12410-050	2.400,00
ATIVA	26	CMEI VALDIRA MORGADO	Rua Geraldo Derrico Moreira, s/n, Mantiqueira, CEP 12446-150	2.400,00
ATIVA	27	CEAP DURVALINO DOS SANTOS	Rua Geraldo Mário Sacramento, 152, Bairro das Campinas - CEP 12415-050	4.100,00
ATIVA	28	ALMOXARIFADO DA EDUCAÇÃO	Rua Paraibuna, 122, Cidade Nova, CEP 12414-200	1.060,00
FECHADA	29	MERENDA ESCOLAR	Rua Caraguatatuba, 13, Alto do Cardoso, CEP 12420-500	0,00
ATIVA	30	NAP "GOV. MÁRIO COVAS"	Avenida Polônia, 451, Pasin, CEP 12445-640	2.260,00
ATIVA	31	NAP "Dr. FRANCISCO ROMANO DE OLIVEIRA"	Rua Inglaterra, 344, Bela Vista, CEP 12412-520	2.675,00
ATIVA	32	PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL "CASA VERDE"	Rua Guilherme Nicoletti, 965 - CEP 12445-120	482,00
ATIVA	33	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (PRÉDIO NOVO)	Rua General Julio Salgado, 996, CEP 12.403-070	6.000,00
ATIVA	34	PINDA EDUCA MAIS (ANTIGO PRÉDIO DA EDUCAÇÃO)	Rua Senador Dino Bueno, 119, Bosque da Princesa CEP 12401-410	909,00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Educação

ATIVA	35	EM AUGUSTO CÉSAR RIBEIRO, Prof.	Rua Vicente Correa Leite, 185, Vila Rica, CEP 12422-430	2.387,00
ATIVA	36	EM AYRTON SENNA DA SILVA	Rua Estado do Piauí, 45, Terra dos ipês, CEP 12443-410	5.016,00
ATIVA	37	EM ÂNGELO PAZ DA SILVA, Dr.	Rua Jose Luiz Imediato, 235, Cidade Jardim, CEP 12424-210	1.370,00
ATIVA	38	EM ANIBAL FERREIRA LIMA	R. General Ruy de Andrade Costa, 100, Residencial Arco-Íris, - CEP 12423-470	1.285,00
ATIVA	39	EM ABDIAS JÚNIOR SANTIAGO E SILVA	Rua João Maria Pires, 30, Santa Cecília, CEP 12411-680	3.160,00
ATIVA	40	EM ALEXANDRE MACHADO SALGADO Prof.	Rua José Benedito Quirino, 280, Campinas, CEP 12415-030	3.050,00
ATIVA	41	EM ARTHUR DE ANDRADE	Avenida Princesa do Norte, 1.321, Cidade Nova - CEP 12414-060	2.386,70
ATIVA	42	EM ANDRÉ FRANCO MONTORO, Dr.	Av. Mons. João José de Azevedo, 520, Crispim - CEP 12402-010	2.934,00
ATIVA	43	EM DULCE PEDROSA ROMEIRO GUIMARÃES	Avenida Dr. João Ribeiro, 131, Boa Vista, CEP 12401-110	4.648,45
ATIVA	44	EM ELIAS BARGIS MATHIAS, Prof.	Rua Benedito Bacca Beneca, 60, Araretama, CEP 12423-220	4.172,00
ATIVA	45	EM FÉLIX ADIB MIGUEL	R Geraldo Prates da Fonseca, 140, Vila Rica, CEP 12422-490	6.140,00
ATIVA	46	EM Dr. FRANCISCO DE ASSIS CÉSAR	R. Francisco Sebastião Borges, 259, Moreira César, CEP 12440-220	2.122,00
ATIVA	47	EM GILDA PIORINI MOLICA, Profa	Rua Antonio dos Santos, 189, Santa Luzia, CEP 12411-080	5.150,00
ATIVA	48	EM ISABEL DO CARMO NOGUEIRA	Rua Ceará, 40, Crispim, CEP 12402-270	7.547,84





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Educação

ATIVA	49	EM JAIRO MONTEIRO, Prof.	Av. Abel Correia Guimarães, 1422, Vila Rica, CEP 12420-680	2.410,00
ATIVA	50	EM JOAQUIM PEREIRA DA SILVA Prof.	R. Dr. Carlos M. de Almeida Jr., s/n, Mantiqueira, CEP 12446-110	4.272,00
ATIVA	51	EM JOSÉ GONÇALVES DA SILVA - "SEU JUQUINHA"	Rua 7, 137, Residencial Liberdade, CEP 12444-693	5.540,00
ATIVA	52	EM JOÃO KOLENDA LEMOS - BEM VIVER	Estrada Carlos Lopes Guedes Filho, s/n, Araretama, CEP 12423-501	5.825,00
ATIVA	53	EM JOÃO CESÁRIO	Av. João Francisco da Silva, 1956, Feital - CEP 12441-240	3.200,00
ATIVA	54	EM JULIETA REALE VIEIRA, Profa	Trav. da R. Felício Carpana Vitalli, 149, Castolira, CEP 12405-450	5.100,00
ATIVA	55	EM LAURO VICENTE DE AZEVEDO Prof.	R. Antonio Carlos Correa de Macedo, 524, Loteamento Cícero Prado, CEP 12444-600	4.691,00
ATIVA	56	EM MARIA APARECIDA ARANTES VASQUES, Profa	Av. Cap. João Monteiro do Amaral, 300, Mombaça, CEP 12425-220	5.250,00
ATIVA	57	EM MARIA APARECIDA CAMARGO DE SOUZA, Profa – "Ma Aparecidinha"	Estr. Municipal Luiza Miranda Picca, 170, Ribeirão Grande, CEP 12400-000	1.134,00
ATIVA	58	EM MARIA HELENA RIBEIRO VILELA, Profª	R. Tung A. Chin, 100, Jardim Regina, CEP 12442-400	1.680,20
ATIVA	59	EM MARIA MADUREIRA SALGADO, Profª – "DONA MINICA"	Estr. Mun. Carlos Diacombo Angelo Masetti, 500, Cruz Pequena, CEP 12402-651	4.000,00
ATIVA	60	EM MARIA ZARA MINÉ RENOLDI DOS SANTOS, Profa	R. Ver. José Francisco A. dos Santos, 129, Jardim Cristina, CEP 12412-150	2.825,00
ATIVA	61	EM MÁRIO ANTÔNIO BONOTTI, Pe.	Rua Araras, 312, Maria Áurea, CEP 12420-530	2.000,00
ATIVA	62	EM MOACYR DE ALMEIDA, Prof.	R. Eng, José Nicola Mutarelli, 192, Jardim Bela Vista, CEP 12412-500	3.982,00
ATIVA	63	EM MADALENA	R. José A. Pereira Sobrinho,	2.430,00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

		CALTABIANO SALUM BENJAMIM, Prof ^a	160, Araretama / Nova Esperança, CEP 12426-320	
ATIVA	64	EM MÁRIO DE ASSIS CÉSAR, Prof.	Rua Maria da Glória Carlota, 424, Padre Rodolfo, CEP 12441-580	4.608,00
ATIVA	65	EM MANOEL CÉSAR RIBEIRO, Prof.	Rua 13 de Maio, 200, Residencial Andrada, CEP 12402-610	3.700,00
ATIVA	66	EM ODETE CORRÊA MADUREIRA	R. Benedicto Alves dos Santos, 31, Morumbi CEP 12403-680	2.303,60
ATIVA	67	EM ORLANDO PIRES, Prof.	Rod. Dr. Caio Gomes Figueiredo, 5161, Bom Sucesso, CEP 12404-010	1.643,00
ATIVA	68	EM PADRE ZEZINHO	Rua Guilherme Nicoletti, 753, Vila São Benedito, CEP 12445-120	1.932,00
ATIVA	69	EM PAULO FREIRE, Prof.	Rua Guilherme de Almeida, 26, Vila Prado, CEP 12410- 520	825,00
ATIVA	70	EM REGINA CÉLIA MADUREIRA DE SOUZA LIMA	Av. Nicanor Ramos Nogueira, 1030, Araretama - CEP 12.423-020	3.821,00
ATIVA	71	EM RACHEL DE AGUIAR LOBERTO Prof ^a	Rua dos Cravos, 314, Vale das Acácias, CEP 12440-340	2.054,00
ATIVA	72	EM RUTH AZEVEDO ROMEIRO Prof ^a	Rua dos Pintassilgos, 370, Loteamento Triângulo, CEP 12413-040	2.892,00
ATIVA	73	EM SERAFIM FERREIRA	Alameda dos Manacás, 2100, Terra dos Ipês I, CEP 12443-101	2.574,00
ATIVA	74	EM VITO ARDITO	Rua Wilson Muassab, 137, Araretama, CEP 12423-600	1.458,00
ATIVA	75	EM YVONE APPARECIDA ARANTES CORRÊA Prof ^a	Avenida dos Cedros, 305, Goiabal, CEP 12415-270	2.800,00
EM CONSTRUÇ ÃO	76	CRECHE JARDIM REGINA		0,00
EM CONSTRUÇ ÃO	77	ESCOLA ALEXANDRINA		0,00





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

TOTAL POR APLICAÇÃO (M²)	209.033,48
TOTAL ANUAL - 4 APLICAÇÕES (M²)	837.721,92

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizada pesquisa de preços com diversos fornecedores da região, obtendo planilhas de custos unitários compatíveis com as práticas do mercado. Também foram consultadas contratações de municípios vizinhos e registros públicos disponíveis para confirmar a adequação dos valores, bem como o Banco de preços. Todos os preços analisados situam-se dentro dos valores praticados no Estado de São Paulo, atendendo às recomendações do TCE quanto à metodologia de pesquisa de preços.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços foi elaborada com base no art. 23, §1º, incisos II, III e IV da Lei 14.133/2021, considerando:

- Contratações similares da Administração Pública nos últimos 12 meses;
- Tabelas e referências públicas;
- Cotações obtidas diretamente com fornecedores com menos de 6 meses de antecedência;
- Custos administrativos, operacionais e responsável técnico.

O valor final da contratação será estimado com base no preço por metro quadrado (m²), multiplicado pela área total anual tratada, resultando em valor global estimado de R\$ 1.038.775,18 (um milhão, trinta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos).

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como encargos administrativos, operacionais e do responsável técnico, tributos, inclusive IPI ou ICMS, se houver, bem como frete, carga, descarga e quaisquer outras incidências que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, não sendo admitida qualquer cobrança adicional.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na execução de serviços integrados de controle de pragas em todas as unidades, em cronograma trimestral, com supervisionamento da Secretaria, relatórios técnicos, uso de produtos regularizados e acompanhamento contínuo para garantir a salubridade dos ambientes.





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

11. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

O objeto possui natureza única e integrada, sendo inviável seu parcelamento sem comprometer a eficiência, padronização, segurança e economicidade da execução, conforme art. 23 da Lei 14.133/2021.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

- Ambientes higienizados e seguros.
- Redução de riscos sanitários.
- Prevenção de infestações.
- Manutenção da continuidade das atividades escolares.
- Atendimento às normas sanitárias.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- A Secretaria verificará, previamente à contratação, se os produtos utilizados possuem registro válido na ANVISA.
- O gestor e o fiscal do contrato manterão registro atualizado das aplicações realizadas, prazos de retorno e possíveis ocorrências.
- Será exigida da empresa a apresentação de ART ou responsável técnico habilitado para os serviços de dedetização.
- A Administração acompanhará as visitas técnicas para assegurar que os serviços sejam compatíveis com as necessidades de cada unidade.
- A Secretaria avaliará periodicamente a satisfação das unidades atendidas quanto à eficácia da aplicação.
- Caberá à Administração verificar se a empresa mantém equipe treinada e devidamente equipada, conforme normas de segurança aplicáveis.
- Comunicar previamente as escolas sobre as aplicações.
- Informar áreas sensíveis (CMEI, cozinha, lactário).
- Afastar temporariamente alunos e servidores quando necessário.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Manuseio de produtos químicos controlados, necessidade de mitigação de impactos, descarte adequado de resíduos e uso de substâncias regularizadas pela ANVISA.





MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Educação

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

A contratação mostra-se necessária, adequada e vantajosa, atendendo ao interesse público, às normas sanitárias e ao planejamento institucional, recomendando-se o prosseguimento para abertura do processo licitatório.

Andrea Guerrero Vieira
Diretora Administrativa Financeira

Lucio do Carmo da Silva
Secretário Municipal de Educação em
Exercício



**MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA**

Proposta Comercial

**Anexo IV
Proposta Comercial**

PC 001748/2026

Documento:		IE:	
Fornecedor:			
Endereço:			
Bairro:		Cidade:	
CEP:		Tel:	
		Email:	

Forma de pagamento:			
Prazo de entrega:		Validade:	

Observação:

--

Comprador:	CASUTTANI - Chrisleide Aparecida Suttani
-------------------	--

Lote: 1 - Lote 1 (Ampla disputa)

1	004.186	SERVIÇOS - SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO especificação: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de imunização e controle de pragas urbanas (desinsetização, desratização, descupinização, eliminação de escorpiões, manejo e afastamento de aves/ morcegos e pombos), nos prédios da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 meses, com 4 aplicações anuais.		M ²	837.721,92 000		
---	---------	--	--	----------------	-------------------	--	--

Fornecedor